



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0142919-26.2020.6.05.8000
INTERESSADO : SEÇÃO DE GESTÃO DE ALMOXARIFADO
ASSUNTO : Análise de regularidade da licitação

Parecer nº 26 / 2021 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto o Registro de Preços visando a eventual aquisição de café, conforme especificações e condições do Edital n.º 4/2021, documento n.º 1387506.

Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado:

- realização de pesquisa de preços, consoante planilha estimativa e análise da SEAQUI, documentos n.ºs 1360541 e 1360547;
- indicação da ação orçamentária, uma vez que se trata de registro de preços, documento n.º 1361570;
- análise da legalidade da minuta pela Assessoria Jurídica, documento n.ºs 1368257 e 1379024;
- autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente, documento n.º 1379550;
- designação de Pregoeiro e equipe de apoio, documento n.º 1381417; e
- juntada de cópia da Portaria que designou a Comissão de Pregoeiros, documento n.º 1387514.

Publicado o edital em meio eletrônico e no DOU (documentos n.ºs 1387523 e 1387526), não houve registro de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações.

Aberta a sessão, após análise preliminar das propostas comerciais apresentadas, deu-se início à fase competitiva, ofertando-se aos participantes a possibilidade de fornecimento de lances sucessivos para, sequencialmente, verificar a conformidade dos produtos ofertados.

Verifica-se que foi realizada conferência minuciosa das especificações técnicas dos produtos, concluindo-se pela desclassificação de algumas empresas, com base em pareceres elaborados pela unidade demandante, os quais foram registrados na ata do pregão e publicados no endereço <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2021>.

Cabe registrar ainda que, em conformidade com item 3 do Termo de Referência - Anexo 1 do edital, algumas empresas que ofereceram produtos diferentes das marcas de referência foram convocadas para apresentação de amostras, mas permaneceram inertes. Observa-se que a referida omissão ocasiona o atraso na conclusão do certame, além de favorecer o vencimento das propostas ofertadas pelas demais licitantes, em face da obrigatoriedade de observância dos prazos concedidos.

Nesse sentido, tratando-se propostas que se encontravam no prazo de validade, no caso do não atendimento da convocação acima referida, recomenda-se a abertura de procedimento de apuração de responsabilidade, com base na condição 18.1, "a" do edital e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Observa-se, ainda, que o Pregoeiro propôs a redução negociada dos preços, bem como solicitou confirmação das empresas vencedoras acerca da manutenção das propostas, em face do prazo de validade de 60 dias estabelecido na condição 4.6 do edital.

Examinados os documentos de habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas relacionadas no Relatório Resultado Fornecedor, documento n.º 1641621.

Aberto o prazo, não houve registro de intenção de recurso, conforme registrado em ata.

Mediante relatório contido no documento n.º 1642561, o Pregoeiro encaminhou os autos à apreciação superior.

Após análise da documentação acostada, e uma vez observada a regularidade do procedimento licitatório, sugere-se a homologação do Pregão, devendo a Administração, em ato contínuo, proceder à convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/2002, arts. 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/2013, bem como de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação, Ata de Realização do Pregão Eletrônico e Relatório Final do Pregão (documentos n.ºs 1641621, 1641602, 1641544 e 1642561).

Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

Maria Regina Ribeiro Santana

Analista Judiciário/ASSED

De acordo.

Ao Diretor-Geral para apreciação.

Ronildo Dantas

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 09/06/2021, às 11:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 09/06/2021, às 12:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1644467** e o código CRC **53933DBD**.
